

A privatização direta e indireta das Universidades Estaduais paulistas

Henrique T. Novaes¹

Fabiana de Cássia Rodrigues²

Cássio Garcia Ribeiro³

Este texto tem por objetivo discutir em traços bem gerais a ofensiva privatista em curso contra as Universidades Estaduais Paulistas. A vinculação entre os interesses privados e as Universidades Públicas deita raízes na ditadura militar instaurada em 1964. Segundo Florestan Fernandes, os 21 anos com os militares no poder representaram um processo que sedimentou a dupla articulação entre dependência e subdesenvolvimento no capitalismo brasileiro. Submetido aos designios do imperialismo norte americano, promoveu-se um crescimento econômico subordinado aos interesses, à política e às potencialidades econômicas das nações dominantes, numa completa falta de vínculo com as reais necessidades dos trabalhadores brasileiros.

As diferentes áreas do conhecimento nas Universidades Públicas, especialmente as exatas e biológicas, receberam importante aporte de recursos para a sua expansão e para a realização de pesquisas vinculadas ao papel das estatais e de alguns setores econômicos “nacionais” no projeto Brasil Grande Potência. Simultaneamente, interditava-se na Universidade a reflexão sobre as consequências sociais do capitalismo dependente. Tal contexto traz reflexos até nossos dias, tendo em vista o desequilíbrio no que se refere à distribuição dos recursos entre humanas, exatas e biológicas, no qual as humanidades são colocadas na posição de prima-pobre. Assim, em que pese sua inegável importância do ponto de vista da criação de pensamento crítico sobre diversas questões pertinentes à sociedade brasileira, tal importância é desconsiderada, em um contexto em que há uma inequívoca

¹ Docente da UNESP – Marília.

² Profa. Substituta da Faculdade de Educação UNICAMP.

³ Docente da UNESP – Franca.

discrepância em termos de fomento aos pesquisadores de humanas, comparativamente aos pesquisadores de exatas e biológicas.

Este quadro se aprofundou nas últimas décadas e vivemos atualmente uma nova ofensiva privatista, que pode ser evidenciada nas circunstâncias vivenciadas pelas três universidades estaduais paulistas, em greve desde o final do mês de maio. A mídia e os reitores têm divulgado algumas informações que do nosso ponto de vista ajudam a “arar o terreno” de uma nova onda de privatização das Universidades Públicas paulistas. Temas como doações financeiras de ex-alunos e corporações; cobrança de mensalidades; e a suposta baixa produtividade/ “desempenho” dos professores aparecem novamente na cena da crise universitária. Acreditamos que estes temas merecem um debate mais profundo.

Com a adesão do Brasil à agenda neoliberal, não apenas por parte do governo central (o caso do estado de São Paulo é sintomático, sobretudo nessas duas décadas de gestão psdbista), o setor público vai, paulatinamente, se descomprometendo (total ou parcialmente) de uma série de funções, as quais são transferidas ao mercado.

Nesse contexto, o universalismo previsto na Constituição de 1988 no que se refere à política de educação não se materializou. O “estado de bem-estar social” subjacente à Constituição de 1988 é substituído por um “estado de mal-estar social”, em um cenário no qual o setor público brasileiro passa a atender apenas superficialmente às demandas de sua população. Diante desse quadro, a educação se transforma em mercadoria, dando ensejo à criação de nichos de mercado (nos ensinos fundamental, médio e superior). Ao mesmo tempo, percebe-se a educação pública (em todos os níveis) passa por um processo de sucateamento e precarização, com investimentos insuficientes, infraestrutura inadequada e profissionais cada vez menos valorizados.

Se fôssemos medir a jornada de trabalho de um trabalhador docente no Estado de São Paulo, seria possível afirmar que a média diária chegaria perto das 12 horas. Ao contrário dos trabalhadores que batem ponto, cada vez mais perdemos o controle do nosso tempo com o avanço das novas tecnologias e das novas técnicas de gestão da força de trabalho docente pelos reitores e instituições de fomento a pesquisa⁴. Se o

⁴ Basta lembrar que recentemente a UNESP criou uma “Escola de Liderança e Gestão” com o seu canto de sereia do novo gerencialismo para a administração das universidades públicas.

docente trabalhar na pós-graduação, a perda do controle do tempo da sua vida é ainda maior: publicação de “papers”, orientação de alunos da pós-graduação, pareceres, participação em comissões, trabalho no fim de semana, de madrugada, etc. Se mora na cidade de São Paulo e se incluirmos o tempo que leva para chegar a USP, a jornada real se expande. As consequências da intensificação do trabalho docente são bastante conhecidas: adoecimento no trabalho, utilização de anti-depressivos, remédios para dor de cabeça e ansiedade.

Com a Lei da Inovação criada em 2004 por Lula e com o crescimento do poder das Fundações universitárias, parte dos professores se converte em “empresários da inovação”⁵. Neste cenário, ganham destaque as “Agências de Inovação” (UIN na UNESP; Agência de Inovação da UNICAMP e USP) e as parcerias entre as Universidades e as corporações transnacionais e “nacionais” - de alguns ramos - via FAPESP.

Se é verdade que mais de 90% dos recursos das três universidades paulistas ainda vêm dos fundos públicos como ICMS, também é verdade que a cada ano os cursos de extensão e especialização mercadológicos, além das consultorias, vêm ganhando terreno na agenda de uma parcela dos docentes, como uma forma visível de “complementação” salarial. Ao mesmo tempo que as pesquisas críticas e a extensão que se ligam aos interesses da classe trabalhadora encontram cada vez menos espaço para serem desenvolvidas⁶.

Vivemos o fetiche da quantidade de “papers” publicados, independentemente da relevância da produção científica para a resolução dos problemas latino-americanos. Há a atrofia do pensamento crítico e da relação com os movimentos sociais e ao mesmo tempo a hipertrofia do pensamento mercantilizado. A adesão a essa lógica produtivista é compulsória, haja vista que os professores que não se enquadram, ficam fora do circuito de financiamento e correm o risco, inclusive, de sofrer problemas do ponto de vista da progressão na carreira. No extremo, dentro da lógica punitiva da avaliação docente que impera em muitas universidades públicas brasileiras, há o risco

⁵ Apenas para ilustrar, no Jornal O Estado de São Paulo de 06 de junho de 2014 saiu a seguinte manchete: “CNPq lança o maior edital de sua história: R\$ 642 milhões para os novos INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia)”; com possibilidade de financiamentos para projetos de pesquisa de R\$ 10 milhões de reais. Mas, para concorrer nesses editais o pré-requisito básico é que os projetos sejam desenvolvidos em parceria com empresas privadas.

⁶ Professores Universitários vieram a público na primeira semana de junho de 2014, numa carta aberta à sociedade brasileira repudiando os cada vez mais diminutos recursos financeiros às pesquisas nas áreas de humanidades, especialmente as que partem do marxismo: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/05/carta-aberta-a-capes-em-defesa-da-liberdade-academica-e-das-ciencias-humanas-e-sociais/>

de que os professores “improdutivos” sofram sanções, como a supressão do regime especial de trabalho (RDIDP) e seu “rebaixamento” para Regime de Tempo Parcial.

De uma forma politiqueira e com parâmetros quantitativistas, vivemos também o crescimento dos cursos de graduação via EAD⁷, com destaque para a Pedagogia na UNESP, além da expansão irresponsável e sem qualidade mínima, novamente na UNESP, criando campi experimentais sem nenhuma estrutura/condições de trabalho. Na USP leste e UNICAMP Limeira, salas aos moldes dos cursinhos e o fim dos departamentos.

Como solução mágica para a crise que estamos vivendo, a mídia tem dado destaque às Universidades Chilenas, particulares e “públicas”. Lembremos que o Chile é o modelo exemplar de neoliberalismo, implantado a ferro e fogo na ditadura de Pinochet. No Chile, mesmo nas Universidades “Públicas”, os alunos pagam 70% do custo do curso. Outros acenam mais uma proposta mágica para a crise vivenciada pelas universidades estaduais paulistas: que os alunos ricos paguem mensalidades e que os mais pobres tenham bolsa. Combatemos veementemente este tipo de proposta, que somente serviria para mercantilizar ainda mais a já mercantilizada universidade pública.

Não é verdade afirmar que a esquerda universitária luta meramente por questões salariais⁸. Lutamos também contra o projeto universitário que vem sendo implementado e tem privatizado direta e indiretamente a universidade pública. Como a coalizão partidária que comanda o Estado há muitos anos não teve força política para implementar este grande pacote de uma vez só, aproveita o momento para arar o terreno e preparar a semeadura desta nova onda de privatização.

Nossa luta se coloca a favor de um outro sentido ao trabalho universitário: por atividades de ensino, pesquisa e extensão que estejam ligadas ao controle dos meios de produção pelos trabalhadores (florescimento do trabalho associado) e seus reais interesses, ao trabalho coletivo dos docentes (e não a competição estimulada pelas reitorias e instituição de fomento), pela produção científica atrelada a melhoria dos bens públicos (transporte, saúde e água não mercantilizados, alimentos não

⁷ Ver, por exemplo, a UNIVESP.

⁸ É claro que no atual contexto esta é a questão fulcral. Como os “recursos são escassos” e as reitorias fazem escolhas, elas tiram dinheiro de salários “diretos” e passam a diferenciar os docentes via salários “indiretos” ao canalizar recursos para a “internacionalização”, para a criação de “centros de excelência”, etc.

envenenados, habitação popular e a cidade como valor de uso, etc.) e pela extensão junto aos movimentos sociais⁹.

Refutamos aqui o protagonismo do mercado como saída para a pretensa crise financeira das universidades públicas paulistas. Defendemos a manutenção da universidade pública, gratuita e de qualidade. Defendemos o tripé ensino-pesquisa-extensão. Defendemos a valorização dos docentes e funcionários técnico-administrativos. Defendemos o fortalecimento da política de permanência estudantil. Para tanto, seria indispensável a revisão da quota-parte do ICMS destinado às mesmas, bem como uma maior transparência nas contas das três universidades públicas paulistas.

⁹ Para este debate, ver o livro “Reatando um fio interrompido - a relação universidade movimentos sociais na América Latina” (Novaes, Expressão Popular, 2012).